# **AS TRANSFORMAÇÕES DE PARAUAPEBAS E A MINERAÇÃO:** reflexos da exploração de minério pela CVRD no Carajás no espaço urbano.

Heloísa Calixto da Silva[1]
Rafaela Santiago Panichi[2]
Leonardo Simões Agapito[3]

**RESUMO:**

O presente artigo investiga as transformações sofridas pelo município de Parauapebas (Pará) no contexto de exploração de minério pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A partir da revisão bibliográfica e utilizando do método sistemático, o artigo demostra a diversidade dos impactos gerados. Dividiu-se a apresentação em duas partes: a) os reflexos sobre a cidade – aumento populacional, mudança de perfil econômico e impacto ambiental; b) os movimentos de resistência da comunidade. Ao final, o artigo apresenta reflexões críticas sobre o padrão de urbanização promovido na cidade.
**Palavras-chave:** Parauapebas; urbanização; mineração.

**ABSTRACT:**

This article investigates the transformations undergone by the municipality of Parauapebas (Pará) in the context of mineral exploitation by the Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Based on a bibliographic review and employing a systematic method, the article demonstrates the diversity of the impacts generated. The presentation is divided into two parts: a) the effects on the city – population growth, changes in the economic profile, and environmental impact; b) the community's resistance movements. In conclusion, the article presents critical reflections on the pattern of urbanization promoted in the city.
**Keywords**: Parauapebas; urbanization; mining.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização potencializou os instrumentos de mercado, fragmentando as cadeias de exploração e condicionando os territórios às dinâmicas

[1] Bacharelanda em Direito pela UNESP (FCHS-Franca). Email: heloisa.calixto@unesp.br
[2] Bacharelanda em Direito pela UNESP (FCHS-Franca). Email: rs.panichi@unesp.br
[3] Professor do curso de Direito da UNESP (FCHS-Franca). Doutor em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Mestre e bacharel em Direito pela UNESP (FCHS-Franca). Email: leonardo.agapito@unesp.br

econômicas de modo ainda mais intenso. Nesse sentido, o mercado não apenas estabelece a divisão internacional do trabalho, mas multiplica as relações de centro e periferia e dirige processos de transformação, como é exemplar o modelo de urbanização. Partindo desse pressuposto, o presente artigo explora o processo de urbanização da cidade de Parauapebas (Pará) e como este foi condicionado pela mineração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A mineração gera impactos ambientais e sociais bastante conhecidos, como a contaminação da água e do solo, bem como processos de dependência econômica comunitária e inflação de preços imobiliários. Porém, adota-se como hipótese que a mineração também é responsável por promover um modelo de urbanização específico, que não se constitui de forma inconsciente, mas intencional.

Para isso, o artigo utiliza do método dedutivo-sistemático - empregando conceitos prévios da sociologia, da geografia e criminologia rural para compreensão das interações entre os fatores que compõem o cenário investigado. Por sua vez, para a construção de um histórico da cidade e seu processo de expansão urbana, realizou-se a revisão bibliográfica sobre o tema a partir de fontes indiretas (artigos científicos e publicações acadêmicas). Os dados da expansão urbana assim coletados dessas fontes indiretas foram organizados na seção 2 deste artigo, em uma linha do tempo. A partir dessa linha, a discussão teórica do trabalho se dividiu em outras duas sessões, a saber, o condicionamento do meio ambiente as regras de mercado e o mosaico urbano (seção 3) e a *commoditização* do bem comum e os processos de resistência (seção 4). Ao final, são apresentadas algumas novas questões de pesquisa com relação à região de Parauapebas e a dinâmica urbana condicionada pela Vale.

## 2 LINHA DO TEMPO DE PARAUAPEBAS E REGIÃO

A linha do tempo apresentada a seguir é a organização dos dados coletados a partir das fontes indiretas identificadas em uma primeira pesquisa exploratória. Esses dados serão a base para as discussões dos tópicos seguintes.

**1967**- A formação da cidade de Parauapebas tem sua gênese associada a condição de povoado formado em áreas do município de Marabá mas sua consolidação se dá especificamente pela descoberta de reserva de minérios em 1967 por pesquisadores da empresa United State Steel (US Steel) (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023). A empresa US Steel e a então estatal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tornam-se detentoras dos direitos de extração do minério recém-descoberto, acordo este que em

seguida é rompido por meio de convenção entre as empresas, e por fim com a CVRD sendo detentora dos direitos totais de exploração de minério (PMSB, 2018).

**Década de 1980-** Desde a década de 1980 que esta parte da Amazônia passou a ser conhecida como região de Carajás, tendo em seus municípios diversos projetos instalados de exploração mineral sob o comando da Vale, principal empresa mineradora da região. (Palheta; Oliveira Neto; Silva; Nascimento, 2002) Analisando a apropriação dos recursos naturais e considerando o sistema econômico mundial do capital, podemos entender a formação territorial da região Sudeste do estado do Pará, ao longo de sua história, mas principalmente a partir da década de 1980, quando da implantação dos grandes projetos de industrialização em território paraense. Carajás é um mosaico, um conjunto de cenários com distintos territórios impactados pelas atividades mineradoras (direta e indiretamente), criando dinâmicas e territorialidades, das quais as econômicas são preponderantes nas transformações territoriais, na escala municipal. (Palheta; Oliveira Neto; Silva; Nascimento, 2002)

**1981-** Os primeiros sinais da organização do espaço urbano ocorrem com a construção de um núcleo urbano, na sede do município entre a portaria da Floresta Nacional de Carajás (FLONA) e o igarapé Ilha do Coco, para atender familiares e trabalhadores da CVRD. (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023)

**1982-** Com o intenso deslocamento de garimpeiros para o povoado de Serra Pelada, comerciantes passam a se instalar ao longo da rodovia PA-275, e ao mesmo tempo, inicia-se a construção de alojamentos improvisados desordenadamente constituindo-se o povoado do Rio Verde, hoje um dos maiores bairros da cidade de Parauapebas. Nesta época, a população já ultrapassava os 20 mil habitantes (PMSB, 2018).

**1985-** Com a introdução das atividades de mineração industrial na região há uma mudança no papel da região tanto na escala nacional, quanto na internacional, em razão principalmente da exploração do minério de ferro, a partir do Projeto Ferro Carajás, em 1985, dentro do Programa Grande Carajás, sem, no entanto, modificar a estrutura de domínio e acesso ao uso dos territórios na região, em muitos casos até acelerou as antigas dinâmicas e conflitos agrários que se mantinham na região.(Palheta; Oliveira Neto; Silva; Nascimento, 2002)

**1986-** Com a concessão de direito a área de extração mineral a CVRD, ocorre então o início a luta por emancipação política da Vila de Parauapebas, com o episódio chamado “Revolta dos Garimpeiros”, que exigiam a aplicação adequada de recursos para

a manutenção e conservação da Vila, somada a problemas de insegurança e descaso em relação às instalações da administração local (PMSB,2018).

**1988**- O município e a cidade de Parauapebas emancipada no ano de 1988, do então município de Marabá, e que possui em seu território uma das minas de ferro mais importantes do mundo, constitui espaço cujas temporalidades e espacialidades estão vinculadas ao processo de fragmentação político territorial e de formação de um território municipal, como resultado de ações do Estado e na estruturação do território paraense (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023)

**Década de 80 e década de 1990**- a descoberta de Serra Pelada que ajudou a impulsionar as transformações territoriais no município. (Palheta, Oliveira Neto, Silva, Nascimento, 2002). Outro município que vem oscilando sua dinâmica territorial é Curionópolis, que viveu "a febre do ouro" no auge do garimpo de Serra Pelada, na década de 1980. Após o auge do garimpo, passou por uma profunda estagnação econômica e demográfica, chegando a perder população em virtude da dinâmica econômica que não conseguia gerar e nem manter a mesma quantidade de postos de trabalho no município. (Palheta; Oliveira Neto; Silva; Nascimento, 2002)

**1997**- Vale entra em nova fase de atuação sendo privatizada pelo governo brasileiro e se tornando um grande conglomerado com atuação nos cinco continentes. (Palheta; Oliveira Neto; Silva; Nascimento, 2002)

**Século XXI**- a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (Santos, 2001). O limiar do século XXI vem sendo marcado por um acelerado processo de transformações sócio espaciais na Amazônia paraense como produto da urbanização induzida pelo estado (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023).

**2000**- Tentativa de industrialização do garimpo por parte da empresa canadense Colossus. (Palheta; Oliveira Neto; Silva; Nascimento, 2002)

**2005**- Os municípios de Ourilândia do Norte e São Felix do Xingu têm em seus territórios uma das maiores "plantas de produção de ferro-níquel do mundo" adquirida pela Vale. (Palheta; Oliveira Neto; Silva; Nascimento, 2002)

**2004**- Canaã dos Carajás, a partir de 2004, tem uma mudança radical na forma de conceber seu desenvolvimento socioeconômico, passando a depender diretamente das ações do projeto cobre (SILVA, 2013).

**2000-2010-** Tendência de rápido crescimento demográfico no município de Parauapebas, que aumentou cerca de 114,3% (IBGE, 2000, 2010)

**2012**- Outros municípios com jazida em exploração são Marabá, com o projeto Salobo e Canaã dos Carajás, com o projeto Sossego e o S11D(Palheta, Oliveira Neto, Silva, Nascimento, 2002)

**2015**- as exportações do estado do Pará chegaram à cifra de US$ 10,272 bilhões de dólares, sendo que a mineração respondeu por US$ 8,660 bilhões, ou seja, 84%,3 (SIMINERAL,2016).

## 3 O CONDICIONAMENTO DO MEIO AMBIENTE ÀS REGRAS DE MERCADO E O MOSAICO URBANO

Conforme citam Machado, Rodrigues e Fernandes na obra "Urbanização, moradia e desigualdade socioespacial: uma análise a partir da cidade de Parauapebas, Pará":

> "Do ponto de vista da abordagem teórico-metodológica, a análise da mineração e sua relação com o atual processo de reestruturação urbana e produção e reprodução da desigualdade socioespacial na escala da referida cidade paraense requer abordagem relacional e interescalar." (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023, p.6)

Isso significa, que é necessário analisar a região que interage com a cidade dentro da rede urbana. Dessa forma, a linha do tempo construída nos revela momentos chave para a compreensão dos aspectos de desigualdades e vulnerabilidades do território.

A mancha urbana causada pelo crescimento não planejado e repentino da cidade acarretou vários problemas ambientais e de infraestrutura. Como recortado anteriormente, o período de 1967, com a descoberta de minérios na região, consolida a formação da cidade de Parauapebas, que até então nem era emancipada do município de Marabá. Nesse caso fica obvio a influência da mineração na geração de novos territórios e a determinação de como essa construção ocorre. Nesse caso, a macrocefalia urbana foi o processo responsável por dominar o crescimento urbano, onde a infraestrutura não foi capaz de acompanhar o crescimento populacional. Nesse cenário diversos problemas ambientais e urbanos foram desenvolvidos.

Consoante a isso, Siqueira, Aprile e Miguéis abordam na obra "Diagnóstico da qualidade da água do Rio Parauapebas Pará- Brasil" que:

> "Nos últimos anos, entretanto, em virtude do crescimento populacional aliado ao desenvolvimento urbano, tem ocorrido a diversificação dos usos da água na região amazônica, gerando um aumento do despejo de efluentes e resíduos sólidos e a destruição das matas ciliares, produzindo condições ambientais inadequadas". (Siqueira; Aprile; Miguéis, 2012, p.414)

Isso não só representa um problema a partir de uma leitura sobre desmatamento, como também inclui questões preocupantes de saneamento básico e criação de zonas de risco ambientais, como é o caso de áreas suscetíveis a erosão e assoreamento.

Interessantemente, o trajeto de maior degradação do rio estudado pelo artigo se encontra ao longo da rodovia PA-275, a mesma observada na linha do tempo responsável por grande concentração populacional. Ligando diretamente causas antrópicas ao desgaste ambiental. Igualmente, a construção da rodovia está ligada a instalação de comerciantes em seu entorno, e surgimento de movimentação urbana principalmente em Rio Verde, que passaria a se tornar o maior bairro da cidade. O deslocamento de garimpeiros para serra pelada também realiza sua influência e a industrialização muda o relacionamento da cidade a nível nacional e internacional. Com o passar desses acontecimentos, o território urbano com seus problemas, invade mais a área ambiental e

se estende no território, isso pode ser observado nos mapas a seguir que mostram o território durante a passagem dos anos.

A partir das imagens podemos extrair algumas informações sobre a passagem dos anos e seus acontecimentos subsequentes.

**Figura 1** – Município de Parauapebas em 1985



Fonte: Google Earth Pro (2025)

**Figura 2** – Município de Parauapebas em 1990



Fonte: Google Earth Pro (2025)

**Figura 3** – Município de Parauapebas em 2000



Fonte: Google Earth Pro (2025)

**Figura 4** – Município de Parauapebas em 2005



Fonte: Google Earth Pro (2025)

**Figura 5** – Município de Parauapebas em 2010



Fonte: Google Earth Pro (2025)

**Figura 6**– Município de Parauapebas em 2015



Fonte: Google Earth Pro (2025)

**Figura 7** – Comparativo da mancha urbana de 1985 à 2015



Fonte: Google Earth Pro (2025)

Na década de 80 a urbanização se intensifica ao longo da rodovia PA-275, contribuindo para que os processos de urbanização promovidos pelo Estado e a

reestruturação urbana reforcem as desigualdades socioespaciais, especialmente no que diz respeito à produção da moradia e habitação em Parauapebas (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023).

Na década de 90 com a descoberta de serra pelada e a nova fase da Vale, novas alterações de território acontecem através da "expansão de negócios e interesses do capital que se articulam para a larga ampliação dos lucros, independentemente dos impactos e alterações que provocarão num dado território" (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023)

Em 2000 com a globalização, agentes externos, municípios envolvidos e novos projetos, o acelerado movimento em torno da ideia de progresso não considera todos os cidadãos como parte de sua construção de forma que "no ordenamento territorial os habitantes são considerados como usuários dos serviços e equipamentos urbanos, mas não é concebida a sua cidadania pela participação enquanto ator do processo" (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023)

No ano de 2010 podemos observar tanto na linha do tempo como nas imagens alto crescimento demográfico que "a cidade cresceu de forma Desordenada sempre do centro para fora, ocasionando o surgimento de mini favelas que são muito presentes na cidade." (Machado; Rodrigues; Fernandes, 2023)

Em 2015 as exportações chegam a nível recorde, evidenciando o impacto das alterações na organização urbana de Parauapebas ao longo de sua formação, assim como descreve a obra "Capitalismo e urbanização" no trecho:

> A cidade de hoje, é o resultado Cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que provem estas transformações (SPOSITO, 2000, p.11)."

## 4 A RESISTÊNCIA TERRITORIAL EM PARAUAPEBAS

Frente a um cenário de urbanização extensiva e desordenada, a transformação da região de Parauapebas em um polo de atração populacional impulsionou o crescimento econômico da CVRD enquanto refletia através da estrutura urbana uma profunda desigualdade social, de forma que a urbanização fora inteiramente moldada para atender indivíduos participantes da produção da empresa através de um núcleo urbano, onde se concentram o acesso à rede elétrica, saúde, segurança, educação e demais serviços essenciais, deixando em segundo plano o planejamento estatal para atender os ocupantes

da cidade que não são reconhecidos como "atores da produção e reprodução espacial", ou seja, que não tem sua participação direta no processo produtivo da empresa mineradora, e consequentemente, os expulsando do cenário urbano central e direcionando-os às margens da cidade. (Machado, Rodrigues e Fernandes, 2023).

Consoante a isso, a segregação social induzida pela organização urbana não apenas gera mais desigualdades, mas também empurra a população excluída para fora dos sistemas econômicos, sociais e ambientais, tornando-as invisíveis (Sassen, 2016), tal fato é agravado pelo fato de que as dinâmicas sociais da região estão fortemente vinculadas à CRVD, de forma que a desigualdade reflete na paisagem dos espaços urbanos, tal qual demonstra Moysés Rodrigues (2007) no trecho:

> "A desigualdade socioespacial revela-se em paisagens urbanas de cidades cuja diferenciação socioespacial na cidade, onde os conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, que se destinam a população de baixa renda, foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo." (Rodrigues, 2007)

Desta forma, ao limitar o acesso a elementos essenciais à existência humana através da concentração destes aos atores de produção, impulsiona-se a comoditização do bem da vida, que corresponde a mercantilização de recursos fundamentais, somados ao mecanismo produção de escassez para a valoração, na qual a disponibilidade controlada e seletiva dos elementos fundamentais geram sua exclusividade, elevando seus valores e, consequentemente, se concentrando aos indivíduos e empresas que possuem um alto capital para possuí-los, acarretando ao exercício do controle sobre o espaço. Assim, este processo não apenas marginaliza os habitantes de classes sociais mais baixas, mas também os desterritorializam, removendo seu vínculo territorial e o sentimento de integração à comunidade (Mamédio, 2021), tal conceito é abordado por Marcos Aurélio Saquet na obra "Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos" que afirma "A territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território. Isso corresponde a uma concepção histórica e relacional renovada e crítica" (SAQUET, 2009).

Todavia, como mencionado anteriormente, em Parauapebas este processo foi fortemente impactado pela desigualdade socioespacial, de forma que o território é abordado pela CVRD como mero mecanismo físico de exploração, não o considerando um espaço de potencial desenvolvimento econômico total e abrangente em toda a região, com necessidades de preservação cultural e identitária.

Outrossim, diante aos processos de expulsão promovidos pela empresa, a resistência territorial se demonstra essencial para a reivindicação do direito ao território e seus recursos sociais. Assim, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental nesse processo, uma vez que reafirmam a o valor cultural e social do espaço, buscando modelos de desenvolvimento econômico divergentes da intrínseca dependência do setor minerário promovido pela empresa, que amenizam os danos da urbanização incompleta enquanto diversificam a produção econômica da região (Santos; Mitja, 2011, p.41).

Ademais, como detalha André Felipe dos Santos Vasconcelos (2025): "Os movimentos sociais insurgem contra a precarização socioespacial de suas vidas chamando atenção da sociedade ao ocuparem espaços, ao produzirem (na e na luta para ter acesso à cidade) seus territórios de resistência." (Vasconcelos, 2025, p.02). Assim, os movimentos sociais atuam como uma forma de resistência e adaptação diante a urbanização acelerada e excludente promovida pela CVRD, reafirmando a busca pelo direito à cidade pelas populações deslocadas do centro econômico urbano através de uma prática social emancipatória, nos quais reduzem o desenvolvimento desigual e a estratificação social.

Consoante a isso, Companhola e Silva (2000) definem o desenvolvimento local como:

> "Um processo de construção coletiva, prevalecendo as necessidades sociais e culturais, devendo estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, seja nos aspectos econômicos da inserção no mercado, seja em aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação" (Companhola; Silva, 2000)

Desta forma, a busca pelo direito à cidade e o desenvolvimento da mesma, deve acompanhar fatores sociais e culturais da região, fato que só se pode se concretizar através da reestruturação urbana, uma vez que a CVRD como detentora das dinâmicas sociais locais, exerce forte influência sobre o uso do território e a distribuição dos recursos.

Consoante a isso, a Agricultura Familiar como recurso multiplicativo de atividades produtivas demonstra-se essencial para o desenvolvimento econômico e social destes centros periféricos que passam a construir seus poderes econômicos regionais, usando-a como um rearranjo urbano de produção de assentamentos (Vasconcellos, 2025). Além da diversificação de produção, este modelo condiciona o desenvolvimento local ao exercício total da cidadania dos indivíduos que eram anteriormente excluídos no ciclo

econômico da CVRD, pois acresce a pluralidade de atores envolvidos na agricultura familiar, gerando empregos e criando uma microeconomia local adaptativa.

No artigo "Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas/PA", de Santos e Mitja (2011), destaca-se a importância da Agricultura familiar no desenvolvimento econômico, enfatizando sua intrínseca ligação aos fatores sociais e culturais, além de demonstrar como a microeconomia adaptativa criada por estes indivíduos cria um ambiente de circulação econômica própria, com um fácil comércio de produtos que fortalece a autonomia das comunidades e descentraliza o poder econômico, reduzindo a dependência da lógica excludente imposta pela CVRD. No mais, os autores enfatizam a pertinência da Agricultura Familiar para a preservação da natureza no trecho:

> "A agricultura familiar [...] ao contrário da agricultura convencional, busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO et al., 2009). Para Veiga (1996), além da diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável, além do fortalecimento dos agricultores [...]. Nesse sentido, a organização e a participação dos agricultores familiares no processo de desenvolvimento local devem buscar distribuição de renda e equidade social e, ao mesmo tempo, promovendo uma relação mais equilibrada com a natureza" (Santos; Mitja, 2011, p.41).

Portanto, este modelo não se limita apenas ao desenvolvimento econômico, mas condiciona o exercício pleno da cidadania através de um ciclo produtivo inclusivo e mais equilibrado, gerando a emancipação dos indivíduos antes excluídos pela CVRD de forma coletiva e sustentável, reafirmando o direito da população ao território.

Ademais, os movimentos sociais em Parauapebas voltados à educação ocupam um papel essencial na mobilização, reforçando a importância do acesso ao conhecimento como ferramenta de transformação social e lutando por políticas públicas que garantam uma educação de qualidade, inclusiva e conectada às realidades locais, capacitando os indivíduos no que diz respeito ao fortalecimento da base educacional. Além disso, diversos movimentos em Parauapebas vêm levantando propostas institucionais concretas intrínsecas à reorganização urbana, como a criação Casa do Trabalhador Popular, a Frente de Trabalho de Geração de Emprego e Renda, a Coordenadoria de Trabalho, o Fundo de Desenvolvimento do Trabalho e o Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

Outrossim, a mobilização em Parauapebas é uma resistência organizada que, diante das dificuldades geradas pelo crescimento urbano acelerado e da falta de

planejamento adequado, têm buscado ampliar a consciência coletiva sobre os impactos urbanos da CVRD, atuando não só em ações reativas, mas também na busca da construção de um cenário que proporcione o desenvolvimento e a urbanização completa de Parauapebas, garantindo o acesso a cidade à toda a população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o processo de subordinação da urbanização de Parauapebas/PA pela exploração mineral promovida pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no qual foi determinante para a estruturação econômica e social do município, impulsionando o crescimento populacional e a reconfiguração do espaço urbano. Todavia, a análise histórica e territorial realizada demonstrou o condicionamento do território na concentração de infraestrutura em núcleos estratégicos, excluindo parte da população da dinâmica social e ciclo econômico da região. Desta forma, a urbanização não foi uma mera consequência natural exploratória, mas sim um processo engendrado, no qual o espaço urbano foi moldado para atender aos interesses produtivos da empresa.

Parauapebas se expandiu como um reflexo das demandas do setor minerador, priorizando a infraestrutura para trabalhadores ligados diretamente à produção, enquanto grande parte da população foi expulsa dos centros urbanos e direcionada a ocupações informais e marginalizadas. Esse modelo reforçou a exclusão social ao transformar bens essenciais, como moradia, saneamento e acesso a serviços básicos, em mercadorias restritas a quem possuía maior capital econômico.

Assim, conforme demonstrado nos anos 2000 à 2010, esta dinâmica resultou na proliferação de mini favelas e na precarização de acesso à recursos essenciais nas margens periféricas da cidade. Desta forma, o avanço da exploração mineral em Parauapebas ao passar dos anos foi o responsável pela consolidação da dependência econômica do município a esta atividade econômica, perpetuando a segregação espacial e a degradação ambiental.

Diante disso, os movimentos sociais se demonstram essenciais para o combate à dinâmica social excludente gerada pela CVRD, se mobilizando para reivindicar o direito à cidade e o desenvolvimento total da região, fortalecendo a economia local enquanto são geradas microeconômicas em novos centros comerciais nas periferias. A agricultura familiar e a valorização de formas sustentáveis de desenvolvimento aparecem como caminhos viáveis para reverter esse quadro. Desta forma, a resistência territorial viabiliza o reconhecimento de Parauapebas como espaço de pertencimento, onde toda a população,

e não só os atores do processo minerário, possa exercer seu papel ativo na construção de urbanização completa na cidade, promovendo maior autonomia econômica e social.

Consoante a isso, é evidente a necessidade de superação do modelo de desenvolvimento de Parauapebas, buscando estratégias que conciliam o crescimento econômico, a preservação ambiental e a inclusão social. O planejamento urbano deve ser conduzido de forma participativa, garantindo que toda a população tenha acesso a infraestrutura, serviços e oportunidades, garantindo que a urbanização da cidade não seja apenas um reflexo da exploração mineral, mas um processo voltado para o bem-estar coletivo e de sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

COMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais.** *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. Disponível em: https://www.google.com/earth/. Acesso em: 12/02/2025.

MACHADO, Rodrigo; RODRIGUES, Jovenildo; FERNANDES, Rui**. Urbanização, moradia e desigualdade socioespacial: uma análise a partir da cidade de Parauapebas**, Pará. *Revista Geonorte*, v. 15, n. 50, p. 01-25, 2024.

MAMÉDIO, D. et al. **Processo de (des)territorialidade em uma comunidade rural na Bahia**. *Interações (Campo Grande)*, v. 22, n. 1, p. 67–82, jan. 2021.

MOYSÉS RODRIGUES, Arlete. ***Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade***. Presidente Prudente: UNESP, 2007.

PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian Nunes da; OLIVEIRA NETO, Adolfo; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Conflitos pelo uso do território na Amazônia Mineral.** Mercator, Fortaleza, v. 16, e16023, 2017.

PARAUAPEBAS. **Propostas para geração de emprego e renda avançam em reunião na prefeitura.** *Portal Oficial da Prefeitura de Parauapebas*, 28 ago. 2017. Disponível em: https://parauapebas.pa.gov.br/ultimas-noticias/propostas-para-geracao-de-emprego-e-renda-avancam-em-reuniao-na-prefeitura/. Acesso em:10/02/2025.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. **Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA**. *INTERAÇÕES (Campo Grande)*, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2011.

SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto. 2000.

VASCONCELLOS, André Felipe dos Santos. **Produção de territórios de resistência urbana amazônica: análise de Belém, Pará**. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 27, n. 62, e6241548, jan./abr. 2025

W SIQUEIRA, Gilmar; APRILE, Fabio; MIGUEIS, Antônio Miguel. **Diagnóstico da qualidade da agua do rio Parauapebas Pará- Brasil.**Vol. 42(3) 2012: 413 – 422